

Os debates sobre gênero, raça e direitos sexuais têm que caminhar juntos, aponta socióloga Vilma Reis

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 07/12/2015) A Agência Patrícia Galvão entrevistou a socióloga Vilma Reis, ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, durante o [Painel Pequim+20: Acesso integral à justiça para mulheres em situação de violência](#). No ano em que a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, completa 20 anos, o Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres e Fundação Ford promoveram o Painel Pequim+20, que reuniu especialistas no tema para debater os avanços nas duas últimas décadas e os desafios que permanecem.

A relação de Vilma com a Defensoria baiana vem desde antes da implantação do órgão, em 2009. Vilma Reis integrou o primeiro Conselho Consultivo da assistência judiciária. Feminista de longa data, coordenou o Fórum de Mulheres de Salvador entre 1996 e 1999, integrou a Comissão Organizadora do 12º Encontro Nacional Feminista, ocorrido em 1997 também na capital soteropolitana, e também atuou na construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2011. Mestre em Ciências Sociais, é doutoranda do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos - PosAfro, da Universidade Federal da Bahia.

Muitas vezes a violência contra jovens negros é percebida como uma violência colateral contra a mulher negra, e não como uma violação direta a essas mulheres. Gostaria que você falasse sobre isso, sobre a violência de viver na perspectiva cotidiana da perda de um filho ou irmão.

O que nós do movimento de mulheres negras temos dito é que estamos falando de algo que está acontecendo em nosso próprio corpo.

Consideramos que é uma atitude covarde do Estado essa acusação

continuada de que a violência acontece porque não cuidamos bem de nossas famílias. Até porque a única dignidade que nossas famílias têm é fruto do que podemos dar, porque o Estado em geral quase nada oferece do que deveria ser devolvido enquanto serviço.

E afirmamos mais. A guerra às drogas, por exemplo, é na verdade uma manifestação violenta do biopoder de um Estado que acha que nós, 52% do país (mulheres negras, homens negros, juventude, infância e velhice negras) não deveríamos existir. Esse é o entendimento do Estado, inclusive, lamentavelmente, em uma faixa bem ampla da esquerda, que sempre se trai nas suas propagandas, porque ainda nos coloca como beneficiários das políticas e não como sujeitos políticos que pensam política e o projeto de Nação.



*Socióloga Vilma Reis,
ouvidora-geral da
Defensoria Pública do
Estado da Bahia
(Crédito: Luciana
Araújo)*

As políticas conquistadas pela população negra são sempre apontadas como benesses e não como ações reparatórias...

Exatamente! Não é benesse, favor e nem caridade. Lutamos para que essas políticas existissem. E esse é o potencial revolucionário que levamos com a Marcha das Mulheres Negras e quando dizemos: ‘vamos adentrar as ouvidorias das Defensorias Públicas, porque não vamos dormir com os olhos dos outros, vamos lá fazer’. Por isso, quando clamamos que todo mundo precisa se manifestar pela eleição de Lúcia Xavier [*médica e ativista do movimento de mulheres negras, que concorre ao cargo no Rio de Janeiro*] é porque sabemos que há anos ela já é uma ouvidora, uma mulher que faz provocações sobre o que deve ser a participação política e o controle social. O foco não é personalista, mas de ação coordenada em um país de dimensões continentais, eivado por uma mentalidade conservadora e patriarcal. Um país onde as regras da colonização, aquilo que chamamos nos estudos das ciências sociais diaspóricas de “colonialidade”, estão absolutamente vivas, porque são as regras da escravização atualizadas.

Ainda mais em um Estado como o Rio de Janeiro...

Sim, em um Estado como o Rio, em um Estado como o meu, a Bahia, extremamente violento, marcado por dinastias políticas, que fez a transição do jagunço da fazenda para o jagunço da televisão, que faz programas de TV que são verdadeiros derramamentos de sangue ao meio-dia, explodindo nas mesas das famílias negras. E é essa população que está extremamente vulnerável a esse tipo de conteúdo. Nossa posição é política e não estamos pedindo nada, estamos colocando uma pauta sobre a mesa, 20 anos depois de Pequim. Na perspectiva das tentativas de construção de sínteses que colocamos no processo de Pequim e que apontamos para os próximos 20 anos, é decisivo e estruturante para nós enfrentarmos o racismo porque aí está colocada a possibilidade de continuarmos a existir enquanto povo ou não.

Durante o Painel Pequim+20 você mencionou os estudos da decolonialidade e também comentou o impacto da atualização dos modelos de desenvolvimento sobre nós, população negra. Fale mais sobre como o modelo atual de desenvolvimento de políticas de segurança como as UPPs, reorganização dos espaços urbanos e desenvolvimento das cidades afeta os negros no Brasil.

Sim, vivemos um momento de criminalização da pobreza e militarização dos nossos territórios, o que nos faz questionar uma série de alianças que construímos nos últimos 35 anos, inclusive no campo à esquerda, com a gente empurrando a esquerda para a esquerda. Isso desde a criação do Partido dos Trabalhadores, lá no início dos anos 1980, porque com os outros partidos que eram considerados de esquerda não havia nem espaço de diálogo.

Mas olhar sobre essa experiência dos últimos 35 anos, não só da tentativa de Lélia Gonzalez [*antropóloga e ativista dos movimentos negro e de mulheres*] de ser candidata, nos faz pensar em que tipo de ruptura precisamos fazer agora com um conjunto de alianças que fomos estabelecendo pois, por incrível que pareça, a grande contradição emergiu agora.

E o que nos assusta é que nossos supostos aliados no campo à esquerda estabelecem um novo tipo de pacto em que, para se sustentarem politicamente, abrem mão de nós. Abrem mão das parcerias e parceiros históricos para um imediatismo, um adesismo, uma anulação do que eles também são. Estou falando da esquerda branca que acha que pode fazer uma narrativa sobre nós e dizer publicamente o que deve ser o nosso sonho. Discordamos desse ponto de vista. Temos muito mais a dizer do que nossos supostos tradutores.

E temos muito mais a dizer, porque nos modelos de desenvolvimento que estão postos, não só no Brasil, não nos enxergamos. Eles provocam rupturas com formas seculares que temos de sobrevivência, por exemplo o comércio de rua, nas cabeças das mulheres. As mulheres negras assumiram as ruas para vender comida, roupa, artesanato, pescado, plantas, flores. Adentramos o espaço público e dominamos secularmente este espaço buscando alternativas autônomas e de cabeça erguida para sobreviver e sustentar nossas famílias. E esses modelos, com os quais nossos parceiros históricos fazem



alianças, pegam uma comida como o angu à baiana no Rio de Janeiro e proíbem a mulher de vender ‘porque ela não tem as condições de higiene’. E aí entregam o espaço a um *food truck*, a um branco, para vender. Aí não tem aliança, porque é mexer com nossa forma de existir.

Ou tentar proibir as baianas de venderem acarajés na Copa do Mundo para colocar redes de fast food na região dos estádios.

Exatamente. Ou tentar criar uma confusão de que o acarajé pode ser vendido de qualquer jeito. Nós não entendemos que acarajé possa ser vendido fora do tabuleiro, sem os trajes, porque aquilo tem uma relação com questões do sagrado que disputamos enquanto modelo civilizatório neste país.

Estou colocando alguns exemplos que são emblemáticos de ruptura de alianças de longa duração da população negra, que sempre empurrou a esquerda para a esquerda. Porque a tendência da esquerda branca, de classe média alta, que transita no mundo acadêmico, é de ir da esquerda para o centro. Então, ao afirmar que ‘entre esquerda e direita eu sou preta!’, Sueli Carneiro [*filósofa e ativista do movimento de mulheres negras*] está dizendo que somos nós que empurramos a esquerda para a esquerda. Em 1910 foi João Cândido que puxou para a esquerda o que havia de enfrentamento àquela República. Em 1931, Laudelina de Campos Melo e José Correa Leite empurraram a esquerda para a esquerda. O Teatro Experimental do Negro, as posições de Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento empurraram a esquerda para a esquerda. Porque ela não seria empurrada sem essa intervenção intelectual qualificada. Lá em 1949, Guerreiro Ramos, e em 1937, Edison Carneiro.

Então, ou compreendemos que tipo de disputa secular é essa que temos feito ou continuaremos achando que é possível falar de um sindicalismo só a partir da chegada dos imigrantes. Mas em 1854 deixamos Salvador sem água durante dias com a greve dos carregadores de água e das mulheres ganhadeiras. Não é possível contar uma história de enfrentamento sem entender o que fizemos no Maranhão, no Rio de Janeiro e no Bixiga, em São Paulo, ou no que é o hoje o Mercado de Porto Alegre. Ou recolocamos essa história ou os vencedores vão contá-la. E a margem quer falar, quer gritar.

Nesse debate sobre alianças e lutas conjuntas se insere também a polêmica sobre a educação de gênero nas escolas. E não é só gênero, mas também raça. Gostaria que comentasse a retirada da discussão sobre raça e interseccionalidade dos planos de educação.

Sim. E também a religiosidade afro-brasileira, quando se fala de narrativa e contranarrativa, de posições hegemônicas - é isso que digo de 'não dormir com os olhos da outra'. Fazemos aliança até um determinado ponto, mas existe um ponto em que há uma incompreensão mesmo, porque o lugar de privilégio também embaça a visão. E o que estamos fazendo, em um diálogo franco como o que fizemos hoje, é desembaçar a visão. Porque, com o tipo de disputa que o campo conservador deste país nos colocou em relação ao Plano Nacional e aos planos municipais de Educação, não cabe termos nenhuma vacilação em perceber que o debate horizontal de gênero, raça e direitos sexuais tem que caminhar junto.

No entanto, é muito periférica a fala da militância que se avoca a sustentar os direitos de liberdade e diversidade sexual em relação à questão racial. A militância LGBT nem chega perto do debate sobre as demandas das mulheres, e muito menos do debate de igualdade racial ou superação do racismo, que é mais difícil ainda. E no campo do debate sobre os direitos das mulheres, às vezes, há toda uma fala hegemônica exclusivamente pelo gênero. Nós também às vezes suprimimos algumas questões, mas o esforço é para que pelo menos as pessoas que estão mais radicalizadas no campo da esquerda não percam esse eixo.

Contatos da fonte

Vilma Reis - socióloga, atualmente é ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3117-6952

E-mail: ouvidoria@defensoria.ba.gov.br

Leia também:

[Painel Pequim+20: Acesso à informação e autonomia no enfrentamento à violência contra as mulheres](#)

[Painel Pequim+20: Estado dificulta acesso à justiça a mulheres vítimas de violência](#)

Painel Pequim+20: Estado dificulta acesso à justiça a mulheres vítimas de violência

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 02/12/2015) Em debate sobre o papel da justiça na proteção, reparação e responsabilização do Estado frente às violações aos direitos fundamentais das mulheres, o atendimento prestado pelos sistemas de segurança e justiça foi bastante criticado.

No ano em que a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, completa 20 anos, o Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres e Fundação Ford promoveram o *Painel Pequim+20: Acesso integral à justiça para mulheres em situação de violência*, que reuniu especialistas no tema em São Paulo.

Violência do Estado

Titular da 2ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, a juíza Teresa Cristina Rodrigues dos Santos destacou que a violação dos direitos das mulheres e também outras violações de direitos, como a marginalização e a discriminação, não estariam acontecendo “se tivéssemos, enquanto instituição, outra postura. Por isso acho que somos todos, o sistema de justiça inteiro, coniventes”.

A magistrada apontou como exemplo de violações perpetradas nas estruturas do Estado o caso de mulheres detentas. “Hoje existe uma situação que não é revelada. Como Poder Judiciário, já tentamos mudar isso e não conseguimos. As mulheres são presas e ficam no limbo até que sejam inseridas no sistema penitenciário. Enquanto não surge uma vaga, elas ficam em um lugar que juízes, promotores e defensores não sabemos. O que é uma coisa extremamente complicada, porque são colocadas em salas sem ventilação,

sem sistema carcerário e alimentação adequados”, afirmou Teresa.



A juíza Teresa Cristina fala durante o Painel Pequim+20 (Créditos: Luciana Araújo)

No caso específico da magistratura, em que atua há mais de 20 anos, Teresa foi enfática. “É preciso mudar a estrutura desse poder”. Na opinião da juíza, um dos caminhos para a transformação do Judiciário é intervir nos concursos de ingresso na magistratura. “É necessário mudar a forma como esses concursos são feitos, porque hoje temos um concurso público que coloca no poder pessoas que não têm a mínima noção da realidade, do que a sociedade precisa.”

A juíza Teresa Cristina criticou também a falta de perspectiva de gênero na formação dos operadores do Direito e o fato de existirem no país cursos de Direito cujas grades curriculares não incluem a área dos Direitos Humanos e o estudo sobre as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. “É toda uma estrutura voltada à manutenção de um *status quo*”, destacou.

A vara onde Teresa é titular acumula as competências criminal e de violência doméstica. “Então, consigo fazer essa contraposição e olhar a sociedade sob esse prisma. E fica muito claro que não se trata de uma questão adstrita ao gênero, mas muito mais complexa e abrangente, que tem relação com a manutenção de poder, a discriminação.”

Em relação às polícias militares, a juíza ressaltou que “não adianta mexer

com aquele policial que fez uma determinada ação em um determinado momento se não se mexer na estrutura da instituição que comanda, se beneficia e alimenta aquela política pública que é ofensora de direitos humanos. O problema vai continuar endêmico”, adverte a magistrada.

Machismo, racismo e classe social impõem desafios para efetivação de direitos

A juíza fez questão de ressaltar que o Brasil tem tido uma evolução legislativa inquestionável no que diz respeito à promoção e proteção dos direitos das mulheres. Sobre a Lei do Femicídio, afirmou que “é necessário incorporar o nome, a tipificação, para que algo de efetivo possa ser feito”. Em relação à Lei Maria da Penha, avaliou que trouxe “instrumentos políticos e legais que nos colocam no papel de formuladores de políticas públicas”.

Contudo, Teresa Cristina ressaltou que essas políticas têm uma função complementar no enfrentamento à endemia de violações aos direitos das mulheres e no acesso à justiça. “Para que o acesso se efetive não é necessário só uma estrutura organizacional, prédios, anexos, unidades judiciárias, precisamos também de profissionais que tenham formação em direitos humanos e gênero, que consigam compreender e se manifestem sobre a necessidade de mudar a forma de prestação jurisdicional”, disse.

A promotora de justiça Márcia Teixeira, do Ministério Público do Estado da Bahia, mencionou o “abandono das vítimas nos processos afeitos não só à Lei Maria da Penha, mas a todos os crimes de gênero”. Especialmente nos processos que julgam crimes contra a dignidade sexual e feminicídio, Márcia ressaltou que é necessário estabelecer os mecanismos debatidos nos [protocolos de investigação de crimes de violência doméstica e assassinatos de mulheres motivados pelas desigualdades de gênero](#) existentes em nossa sociedade, a fim de “proteger e defender a memória das vítimas, não só no plenário nos casos de feminicídio, mas em todos os processos”.

Mecanismos de reparação e responsabilização

Outro desafio apontado pela promotora é estabelecer mecanismos de

“ressarcimento dos danos relativos aos efeitos patrimoniais e imateriais, morais, que as vítimas sofrem em função da violência”. Márcia sugeriu “abrir um canal de diálogo sobre como viabilizar requerimentos para atribuir um ressarcimento, desde o oferecimento da denúncia ou, nos casos em que defensores públicos acompanham as vítimas, via sentença criminal e também na área cível, um não é excludente do outro”.

Em contraposição ao argumento que aponta a situação econômica dos agressores como único elemento a ser considerado contra a instituição da justiça reparatória, a promotora baiana esclarece: “Nossa legislação prevê a reparação pelo agressor, mas também a reparação que o Estado deve ao não realizar as intervenções que deveria ter feito para impedir que aquela mulher fosse vítima de violência”. E declarou: “Precisamos responsabilizar o Estado”.

Márcia Teixeira defendeu ainda a nacionalização de um projeto desenvolvido no Estado da Bahia, em uma parceria entre o Judiciário e o Ministério Público, que apura o montante arrecadado periodicamente com os pagamentos de multas e fianças relativas a infrações à Lei Maria da Penha. “Em alguns municípios o funcionamento da Ronda Maria da Penha e algumas atividades são financiadas com esses recursos. Em três comarcas já foram aprovados projetos de reforma de delegacias locais. É um exemplo de como se pode descobrir possibilidade de recursos para realizar algumas atividades na área de segurança pública”, disse a promotora, que explicou que o projeto nasceu da pressão do movimento feminista na Bahia.

A coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública de São Paulo, Ana Paula Meirelles Lewin, criticou a lógica da criminalização como única medida do Estado. “Um Estado em que o Direito Penal é do autor e o processo penal é seletivo, porque quem vai preso é o homem preto e pobre”, a defensora mostrou a necessidade de construir junto com a mulher uma solução para o caso, “pois só ela sabe as consequências”. Ana Paula ressaltou que as mulheres buscam promoção de direitos, prevenção e políticas públicas, e perguntou: “E o que estamos fazendo para a prevenção? Não estamos prevenindo a violência, que aumenta cada vez mais. E não vemos a responsabilização do Estado. Quantas

mulheres fazem quatro, cinco boletins de ocorrência, buscam ajuda do Estado e não têm?”.

Ana Paula também defendeu uma visão de enfrentamento à violência contra a mulher para além do espaço doméstico e familiar, ao citar as dificuldades legislativas enfrentadas por mulheres que pretendem fazer laqueadura, para a qual são exigidos: idade mínima de 25 anos, já ter tido dois filhos e apresentar o consentimento expresso do marido.

Judiciário deve ser responsabilizado

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, uma das promotoras do evento, ressaltou a importância de se ter acesso efetivo à justiça. “Ativar essas instituições tem um sentido muito importante nos planos simbólico e prático. E temos que exigir dessas instituições que cumpram seu dever”, frisou.

Nadine ressaltou ainda que a sociedade civil e o movimento de mulheres devem atuar no controle social do acesso à justiça. “Tem que haver uma prestação de contas que incorpore essas questões. Temos que garantir que a prestação e a qualidade dos serviços sejam parte do que exigimos dos serviços de justiça, porque isso é algo muito importante para as mulheres, que querem e merecem justiça”, concluiu.

Recomendações Painel Pequim+20 Violência
Create your own infographics

Leia também: [Painel Pequim+20: Acesso à informação e autonomia no enfrentamento à violência contra as mulheres](#)

Painel Pequim+20: Acesso à

informação e autonomia no enfrentamento à violência contra as mulheres

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 29/11/2015) Os principais desafios apontados no debate *Acesso à informação e autonomia para reivindicar direitos* foram: articulação institucional intersectorializada, reconhecimento da importância do protagonismo das mulheres, responsabilização do Estado e enfrentamento ao racismo institucional.



Gabriela Manssur, Tânia Palma, Isabel Santos, Ana Rita Prata e Rute Alonso (da esq. para a dir.). *(Crédito: Luciana Araújo)*

O debate aconteceu dentro do *Painel Pequim+20: Acesso integral à justiça para mulheres em situação de violência*, realizado no âmbito do projeto Pequim+20, uma parceria do Instituto Patrícia Galvão com a ONU Mulheres e a Fundação Ford.

Assegurar autonomia efetiva

A defensora pública Ana Rita Souza Prata ressaltou que, quando se fala em direito à informação, não se trata apenas de passar a informação à mulher e dar instrumentos de informação a ela. “É preciso pensar também na produção da informação e de conhecimento. É preciso falar em direito à informação como o direito de se informar e de informar”, destacou a defensora, que lembrou ainda que no “sistema de justiça não há representatividade das mulheres negras, das lésbicas, indígenas, migrantes, refugiadas”.

Ana Rita, que é coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria paulista (Nudem/SP), afirmou que os operadores do sistema de justiça têm que pensar em como atuar para promover efetiva e integralmente os direitos das mulheres em situação de violência, mas isso é dificultado pela relação hierarquizada dos poderes públicos em relação aos cidadãos. “Como conseguimos dar a elas a arma do conhecimento do Direito sem ouvi-las? Justiça não é só acessar o Judiciário. Não é só isso que temos que garantir às mulheres”, declarou a defensora.

A coordenadora de Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac), Isabel Santos Mayer, destacou a necessidade de debater como realizar ações mais ousadas para contribuir na organização de mulheres que se articulam para enfrentar a violência. “Tem meninas lutando nas periferias. Há meninas no extremo Sul de São Paulo encontrando o seu jeito de ter autonomia, de comunicar e falar de seus direitos. Nós, enquanto movimentos e poderes públicos, muitas vezes ficamos rígidos nos nossos instrumentos de comunicação e há algumas pessoas que não alcançamos nunca.”

Decifrar o ‘juridiquês’ para as mulheres

A ex-ouvidora e integrante do Grupo Operativo da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Tânia Palma, ressaltou que “as mulheres não sabem sequer o caminho que a lei faz, e para acreditarem que a lei é importante temos que garantir também a mobilização delas”.

A promotora de justiça Maria Gabriela Manssur, coordenadora do Núcleo de Combate à Violência contra a Mulher do Ministério Público, em Taboão da

Serra (SP), defendeu que a mulher seja orientada a usar ferramentas como a internet, para se apoiar na comunidade e se proteger da violência e para obter informações processuais. “É importante também a informação preventiva, informar sobre a Lei Maria da Penha de forma mais aprofundada”, defendeu a promotora, para quem também é preciso informar a mulher que está sendo acompanhada processualmente. “Porque a mulher não sabe quando vai ser a audiência dela, se foi oferecida a denúncia.”

Segundo a promotora Maria Gabriela, depois que a mulher faz o boletim de ocorrência ela não é acompanhada pelos serviços da justiça, do Ministério Público e da Defensoria. “Não se sabe se ela tem ou não a medida protetiva. Acabamos não sabendo se ela está correndo risco, ameaça ou se voltou a sofrer violência”, lamenta a promotora.

Criminalização *versus* prevenção e mudança cultural

Tânia Palma, que atua também no atendimento a vítimas de violência, ressaltou que é preciso que todo o movimento feminista reivindique a existência dos serviços “para todas nós”, e não apenas para as mulheres das camadas sociais menos favorecidas. “Até porque todas contribuem para a existência dos serviços e só a mobilização de todas pode fazer com que se efetivem os serviços”, destacou a ex-ouvidora.

A defensora Ana Rita lembrou ainda que as respostas prontas apresentadas pelo sistema de justiça às mulheres vítimas de violência são insuficientes para o efetivo fim das violências. E criticou o fato de a criminalização ainda ser a única resposta dada pelo Estado às mulheres vítimas e aos agressores, sem que se realize uma intervenção sobre a cultura de violência contra as mulheres e que se implementem políticas de prevenção e educação para a igualdade de gênero. “Tivemos muitos avanços com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, mas não vemos investimentos na prevenção e erradicação dessas violências.” O subfinanciamento das políticas de prevenção já havia sido apontado durante o painel pela representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, como um dos maiores desafios para efetivar a igualdade de gênero.

Presidenta da ONG União de Mulheres de São Paulo e integrante do

Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria paulista, Rute Alonso lembrou que a atual ofensiva conservadora sobre os direitos das mulheres e os direitos sexuais tem buscado inclusive o impedimento legal do debate sobre as desigualdades de gênero.

Ao criticar a prática do sistema de justiça de vincular a expedição de medidas protetivas para a mulher com a realização de boletim de ocorrência, a defensora Ana Rita Prata também fez referência ao retrocesso que está sendo gestado no Legislativo. “Muitas vezes, a mulher não quer registrar um B.O. Agora estamos mobilizadas contra o projeto do [deputado Eduardo] Cunha que obriga as mulheres a fazer boletim de ocorrência em caso de estupro para conseguir realizar um aborto, mas não nos revoltamos da mesma forma sobre obrigarmos a mulher a fazer B.O. para ser acolhida pelo sistema de justiça e a Lei Maria da Penha ser aplicada a ela. Autonomia não é só o direito da mulher de buscar a resposta contra o agressor, mas de buscar a resposta que ela quer”, disse.

Violências institucionais

A promotora Gabriela Manssur falou ainda sobre a morosidade processual gerada pela falta de pessoal e estrutura no sistema de justiça. “As audiências estão sendo designadas para 2018. A mulher fez o boletim de ocorrência, ofereci a denúncia, o juiz recebeu, mas na semana passada tomamos ciência da designação de audiências para 2018. Qual é o acesso que essa mulher está tendo à justiça?”, pergunta a promotora, para quem “acesso é o direito de ter direitos. E a mulher quer o direito de ter o processo criminal. Em 2018 esse crime já prescreveu, ou ela vai mudar de endereço e não vamos mais encontrar essa mulher. Ou seja, vamos perder essa mulher em situação de violência, não vamos saber se ela precisa de proteção ou ver a prisão do autor dos fatos. É uma situação muito ruim porque não se consegue trazer a resposta da justiça”, ressaltou.

Outro problema apontado pela promotora de justiça foi a concentração e a falta de interiorização das estruturas de atendimento. O Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público de São Paulo), por exemplo, “existe só na capital. E no interior, não existe violência contra a mulher?”.

“Temos que convocar o funcionamento das instituições não só nas datas, no Dia dos Direitos Humanos. Porque as instituições são cartesianas. ‘De segunda a sexta, das 8 às 18h’. Aí a pessoa chega às 18 e um e escuta: ‘Ai, senhora, só funciona até às 18h’. E vamos enquadrando tudo em um modelo que não dá respostas”, enfatizou Tânia Palma. A ex-ouvidora da Defensoria baiana também propôs que nos 16 de dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher seja realizada neste ano uma campanha pela abertura ininterrupta das delegacias especializadas de atendimento às mulheres.

Sobre a importância da articulação social para prevenir as violências e assegurar o tratamento humanizado devido à mulher vítima de violência, a promotora Gabriela Manssur relatou a nova [recomendação expedida pelo Delegado Geral de Polícia Civil de São Paulo](#) para padronização e aprimoramento do atendimento nas delegacias do Estado em casos de violência contra mulheres, crianças e adolescentes. O documento foi publicado no Diário Oficial no dia 6 de outubro e foi produto do diálogo entre o Ministério Público e a Delegacia Geral de Polícia Civil após audiência pública promovida pelo MPSP para debater o problema do atendimento às mulheres.

Rute Alonso alertou sobre outro tipo de violência institucional: “A política pública vira sinônimo de caridade - ‘o que você veio fazer aqui não é seu direito, vamos te fazer um favorzinho’.”

Leis e direitos das mulheres

A defensora Ana Rita defendeu ainda a necessidade de debater o papel do Estado no novo modelo de informação, no qual a internet, embora seja um espaço que democratiza a produção de conteúdos e o debate, também é um vetor de produção e disseminação de violências racistas, xenófobas, sexistas e de gênero. Ela problematizou o fato de os provedores serem obrigados pelo novo marco civil da internet a preservar informações apenas por um ano em casos de crimes como a chamada “vingança pornô”. “Se a mulher não for rápida e não entrar com a ação nesse prazo, essa informação vai se perder”.

Outra crítica feita pela defensora trata da morte de jovens da periferia, assassinados por integrantes do tráfico ou da polícia, cujas mortes atingem

diretamente as mulheres mais violadas: as negras e pobres, mães da maioria dos jovens vitimados.

Mulheres negras e violência no Brasil
Create your own infographics

Ana Rita também ressaltou a importância de reforçar a laicidade do Estado, criticando a criminalização do aborto e a forma preconceituosa como o sistema de justiça recebe mulheres que interromperam gestações indesejadas. “Não podemos aceitar negociar questões que são inegociáveis. E temos um Estado terceirizando serviços para organizações sociais religiosas que se negam a fazer laqueadura nas mulheres e jogam fora as pílulas do dia seguinte recebidas do SUS. O Estado tem que se responsabilizar por esses serviços.”

Responsabilização e reeducação

Tânia Palma defendeu ainda a adoção de penas alternativas focadas na reeducação. “Vai fazer 420 horas de educação de gênero e raça nas escolas públicas. Vai ter que estudar. E a gente vai fiscalizar. Porque não tem cadeia pra todo mundo, e muitas vezes fica por isso mesmo. O crime é crime e o agressor vai cumprir a pena, mas a gente precisa discutir formas alternativas de trabalhar a prevenção das violações e das violências”, ressaltou.

A promotora Gabriela Manssur também defendeu a estruturação de políticas públicas de informação e educação de gênero para os homens. Lembrando que há resistência a esse tipo de trabalho por parte de algumas feministas, que acreditam que os recursos públicos existentes para o trabalho contra a violência doméstica devem ser usados apenas para trabalhar com as mulheres, a promotora fala sobre a importância do trabalho com os homens agressores, que começam a refletir sobre a necessidade de respeitar os direitos das mulheres e não voltam a reincidir. Gabriela coordena o projeto Tempo de Despertar, que inclui entre as medidas de responsabilização pela violência cometida a participação de homens agressores em uma série de palestras sobre gênero e o uso imoderado de álcool e drogas ao longo do cumprimento do processo penal.

Pequim+20 e os desafios futuros

Sob constante pressão e incidência do movimento feminista ao longo das duas últimas décadas, a Plataforma de Pequim tem sido referência para a formulação de leis e a formulação e implementação de políticas públicas no Brasil. “Incontestavelmente houve avanços no país nos últimos 20 anos.



Contudo, também se observam desafios significativos e importantes lacunas em diversas áreas prioritárias para a promoção dos direitos das mulheres e eliminação de discriminações e injustiças. É nesse contexto que o projeto Pequim+20, uma parceria do Instituto Patrícia Galvão com a ONU Mulheres e a Fundação Ford, foi concebido e está sendo realizado”, explica Jacira Melo, diretora executiva do Instituto.


A proposta do Painel foi dar um passo além dos diagnósticos sobre violência contra as mulheres. Assim, cada painelistas e moderadora foi convidada a pensar, refletir e debater desafios para os próximos 5 a 10 anos. [Leia aqui a matéria anterior da série](#) publicada pela Agência Patrícia Galvão sobre o tema.

Acesso à justiça a mulheres vítimas de violência em debate no Painel Pequim+20

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 29/10/2015) ONU Mulheres propõe atingir até 2030 a efetiva igualdade de gênero

Durante o **Painel Pequim+20: Acesso à justiça para mulheres em situação de violência**, a representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine

Gasman, destacou que a proposta da instituição de atingir em 2030 a efetiva igualdade de gênero não deve ser encarada como uma utopia. “A ideia do Planeta 50/50, de conseguirmos nos próximos quinze anos uma transformação muito grande, tem sido a marca da nova diretoria executiva da ONU Mulheres.”

Nadine mencionou que a diretora executiva da entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, faz sempre o paralelo com a luta pelo fim do *Apartheid* na África do Sul, ao discutir o prazo para que se atinjam as metas de desenvolvimento no tocante à equidade de condições de vida e direitos para a metade feminina da população mundial. Phumzile foi a primeira mulher a  ocupar a vice-presidência da república sul-africana, entre 2005 e 2008.

Nadine lembrou ainda que “há 20 anos o tema da violência contra as mulheres estava fora da agenda pública. A luta das mulheres no mundo inteiro fez com que o tema seja uma questão da agenda pública global”. E destacou que os principais problemas para efetivar a igualdade de gênero são o subfinanciamento das políticas públicas e a dificuldade de efetivação das leis de proteção e promoção dos direitos das mulheres.

Violência e racismo

O evento destacou a necessidade de responder à sobrerrepresentação da população negra em geral e das mulheres em particular nos índices de violências no país.

A diretora de conteúdos do Instituto Patrícia Galvão, Marisa Sanematsu, apresentou dados gerais sobre violência contra a mulher no país e destacou que, “ao falar de violência no Brasil, é inescapável falar sobre racismo. As mulheres negras são as que mais sofrem violência. Jovens negras de 15 a 29 anos são as mais agredidas”. E quando se soma a esses dados a violência contra jovens negros, maioria absoluta das vítimas de óbitos por agressão no país, cresce o impacto nas vidas das mulheres negras. “As mais agredidas e também vítimas da violência que atinge a juventude. E, ao contrário do que se vê em relação às mulheres em geral, que contam com leis e políticas de atendimento, essas mulheres mães de jovens assassinados não têm apoio

institucional nenhum”, afirmou Marisa.

Acesso à justiça numa perspectiva de gênero, raça e classe

A ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Denise Dora, ressaltou que “os temas da violência contra as mulheres e do acesso à justiça exigem que agora, com todas as informações e experiência, passemos a pensar em todas essas questões entrecortadas pelas noções de raça e classe”.

Dora lembrou que “nós que trabalhamos com justiça comunitária e com as promotoras legais populares vemos que, entre as mulheres negras, quem não passou por isso [*o assassinato de filhos*] é assombrada pela possibilidade de passar o tempo todo. Se não acontece realmente, está acontecendo simbolicamente e é uma tortura psicológica”.

Outro tema destacado pela ouvidora Denise Dora como uma urgência para o debate feminista é “a aplicação da justiça nos casos de violência doméstica e sexual para as mulheres negras”.

Cida Bento, psicóloga e diretora executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), ressaltou que é preciso “compreender melhor o que está em jogo na violência contra mulheres, negros e LGBTs” e a articulação das condições de gênero, raça e orientação sexual na cultura de agressão aos direitos humanos. Outro aspecto para o qual chamou a atenção foi a intersecção entre essa cultura violenta e o racismo institucional.



Da esquerda para a direita: Magali Mendes, Denise Dora, Vilma Reis e Cida Bento (Foto: Luciana Araújo)

Estado e violência contra a mulher

A ouvidora Denise Dora apresentou ainda o histórico da constituição da noção de justiça e as influências religiosas que esta sempre teve. E destacou que a experiência brasileira que busca um mínimo de distribuição de justiça para toda a população tem no máximo 60 anos e que “a ideia de que há uma igualdade entre homens e mulheres na sociedade e dentro da família só vai ser explicitamente definida a partir da Constituição de 1988. Por isso, na minha opinião, o impacto da Constituição no Direito Família e nas relações intrafamiliares ainda merece ser mais estudado por nós”.

“É bom pensarmos não só como a Justiça opera ideologicamente em relação às noções de homem e mulher, mas também como ela se relaciona com as representações do que é o feminino e o masculino”, afirmou, lembrando que “todas as teorias que abordam a situação das mulheres ou do feminino no campo das relações de gênero, e recentemente as teorias Queer, têm mostrado que os gays ou as transexuais são espancados e mortos pelo que trazem de feminino em sua existência”.

Para Denise, é necessário enfrentar o desafio de reconhecer que, “na prática,

temos ressignificado o conceito de violência contra as mulheres ou a ideia de violência de gênero, porque todo o debate sobre as ditaduras, o direito à memória, à verdade e à reparação nos levou a pensar como havia sido a perseguição e a violência do Estado contra o feminino, contra as mulheres. Sobre isso, a contribuição dos movimentos feministas brasileiro e latino-americano é fundamental porque recoloca questões que devemos pensar sobre a violência contra as mulheres”. Como exemplo desta relação, Denise Dora abordou como o crescimento do encarceramento feminino no mundo e no país tem trazido à tona o debate sobre o lugar da mulher nas cadeias de crime. “Uma instituição cujo código de conduta é pensado a partir da perspectiva masculina, que não tem, por exemplo, previsão orçamentária para compra de absorventes”, destacou.

A militarização dos territórios e a guerra aos pobres e negros

Vilma Reis, ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, ressaltou como o modelo de desenvolvimento e a militarização dos territórios também vêm afetando diretamente as mulheres negras. “Em relação à guerra às drogas, por exemplo, concordamos com Carl Hart, que é uma guerra aos pobres e negros. É por aí que queremos fazer o debate sobre o capitalismo.” Hart é psiquiatra e pesquisador da Universidade de Columbia (EUA), e esteve recentemente no Brasil para discutir a relação entre as políticas em vigor no combate ao uso de substâncias psicoativas, racismo e capitalismo.

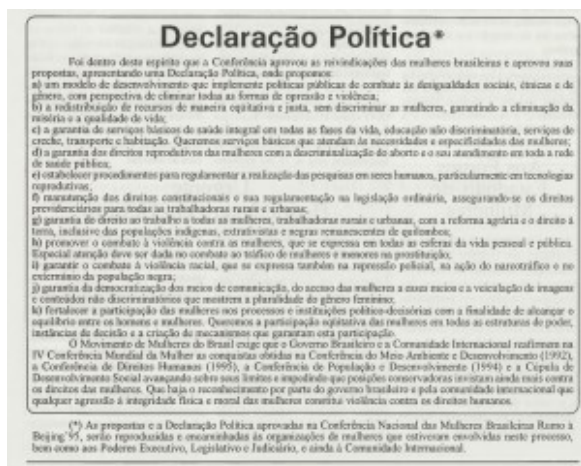
“Nós, mulheres, quando os companheiros e filhos entram no sistema prisional ou no sistema de medidas socioeducativas, cumprimos a pena juntas, porque não abandonamos os nossos”, enfatizou Vilma. “Temos um sistema penal colonial atualizado, de vingança contra os negros e nós, mulheres negras. Contra nós, mulheres em geral. Um sistema de vingança, concordando com a socióloga Vera Malaguti, e de repressão à pobreza.”

A ouvidora da Defensoria baiana lembrou também a importância da intervenção das mulheres na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, em 2009. “Fizemos o debate sobre o que queríamos a partir da Lei Maria da Penha, com base no que lamentavelmente se tornaram as políticas que deveriam ter nos protegido, que se reduziram às Deams, e no que se tornaram as Deams no contexto do Estado brasileiro. Intervimos na 1ª

Conseg porque se tem um lugar intransponível nesse debate é a segurança pública. E porque entendemos que negras e negros são criminalizados e denunciemos esse ato de sequestro e anulação das vozes das mulheres negras quando buscamos a justiça e somos vilipendiadas.” Ela destacou a experiência vivida pela ex-ouvidora da Defensoria no Estado da Bahia, Tânia Palma, durante a greve dos agentes da Polícia Militar em 2014. “Em 72 horas mataram 223 jovens entre Salvador e Feira de Santana. E Tânia foi com as mães para que elas reconhecessem, em uma pilha de cadáveres, qual era o filho delas”, afirmou. “É uma situação de tragédia!”.

Da mesma forma, defendeu Vilma, precisamos discutir “a dor das mulheres que vivem nas áreas militarizadas disputando territórios”, nas remoções nas grandes cidades e nas comunidades quilombolas. “E aí entra decisivamente a pauta das mulheres indígenas, com a situação covarde que está posta em Belo Monte”, afirmou.

Espaço reduzido para o debate sobre violência institucional contra mulheres negras



Declaração da Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing'95 (reprodução do jornal Fêmea-Junho/1995 - Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro). Clique na imagem para aumentar.

“Não existe feminismo para nós sem levar em consideração nossos filhos e nossas famílias. Dizemos isso há 20 anos, e é muito importante esse reconhecimento neste momento”, afirmou Magali Mendes. A promotora legal popular resgatava um debate havido na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras rumo a Pequim, em junho de 1995 no Rio de Janeiro, quando o tema da violência institucional contra mulheres negras teve espaço muito reduzido na agenda de debates.

Dialogando com Magali, Vilma Reis lembrou o 12º Encontro Nacional Feminista, realizado em Salvador (BA) em 1997. “Para nós, um divisor de águas no diálogo entre os feminismos no Brasil”.

Vilma saudou ainda o esforço de síntese sobre a metáfora do acesso à justiça, “que para nós é algo muito concreto que se materializa no drama de cada mulher negra, de cada mulher nos bairros populares, de cada uma de nós”. E encerrou sua fala ressaltando que, “nesse esforço de síntese, esses debates são estruturantes porque estruturante é o racismo institucional, o sexismo institucional, o exercício aberto e vilipendioso da misoginia e do patriarcado de forma covarde grassando em nossa frente e tentando nos dizer que perdemos”.

Mulheres negras e violência no Brasil
Create your own infographics

Pequim+20 e os desafios futuros

Sob constante pressão e incidência do movimento feminista ao longo das duas últimas décadas, a Plataforma de Pequim no Brasil tem sido referência para a formulação de leis e implementação de políticas públicas. “Incontestavelmente houve avanços no país nos últimos 20 anos. Contudo, também se observam desafios significativos e importantes lacunas em diversas áreas prioritárias para a promoção dos direitos das mulheres e eliminação de discriminações e injustiças. É nesse contexto que o projeto Pequim+20, uma parceria do Instituto Patrícia Galvão com a ONU Mulheres e a Fundação Ford, foi concebido e está sendo realizado”, explica Jacira Melo, diretora executiva do Instituto.

A proposta do Painel foi dar um passo além dos diagnósticos sobre violência

contra as mulheres. Assim, cada painelista e moderadora foi convidada a pensar, refletir e debater desafios para os próximos 5 a 10 anos.

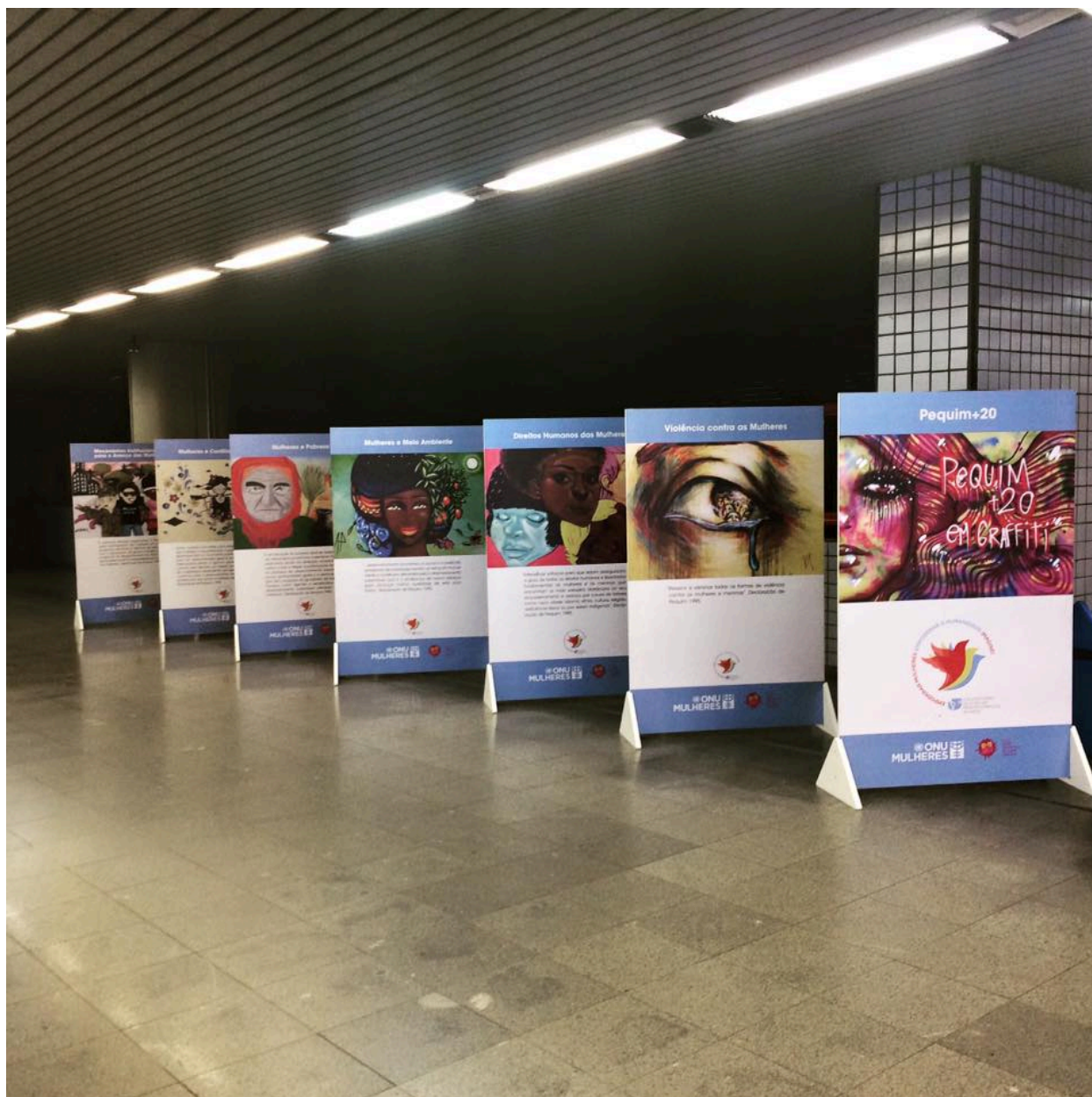
Com esta matéria sobre o primeiro debate do Painel, que abordou de forma especial o impacto da violência sobre a vida das mulheres negras, a Agência Patrícia Galvão inicia a publicação da série **Pequim+20: Acesso à justiça para mulheres em situação de violência**.

ONU Mulheres e Rede Nami realizam exposição “Pequim+20 em Graffiti”, no metrô de Brasília, até 6 de agosto

(ONU Mulheres, 21/07/2015) Exposição pode ser conferida na Estação Galeria e conta com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal. . “Empoderar Mulheres. Empoderar a Humanidade. Imagine!” é o lema da campanha global da ONU Mulheres Pequim+20 , que recupera compromissos de declaração referência para os direitos de mulheres e meninas

Clique [aqui](#) para ver as artes dos painéis e confira o vídeo com [registro da grafiteagem](#)

Saiba mais sobre Pequim+20 em www.onumulheres.org.br/pequim20



Painéis foram grafitados, em Ceilândia (DF), no Dia Internacional da Mulher de 2014 e podem ser conferidos na Estação Galeria (Foto: Amanda Talamonte/ONU Mulheres)

A exposição itinerante Pequim+20 em Graffiti está instalada na Estação Galeria do metrô de Brasília, por onde passam mais de 200 mil pessoas por mês. A mostra, que permanecerá na Estação até 6 de agosto, é promovida pela ONU Mulheres e a Rede Nami de Arte, com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal. É composta por artes produzidas por grafiteiros e grafiteiras locais, com o objetivo de estimular a reflexão sobre a importância da igualdade de gênero e eliminação da discriminação contra as mulheres e meninas. O

trabalho foi realizado, no Dia Internacional da Mulher de 2014, durante atividade em Ceilândia (DF).

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim é um documento que estabelece as metas a serem cumpridas pelos governos e pela sociedade em termos de direitos para mulheres e meninas. De acordo com Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, a Plataforma de Ação de Pequim contribuirá para o empoderamento das mulheres, nos próximos 15 anos, como propõe a iniciativa global da ONU Mulheres “Por um Planeta 50-50 em 2030: Um Passo Decisivo pela Igualdade de Gênero”.

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim orienta a pauta de reivindicações das organizações feministas e de mulheres no processo de elaboração da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das discussões em torno do financiamento para o desenvolvimento de forma a garantir a adoção de uma agenda realmente transformadora das relações de gênero. “Este é o momento de acelerar o ritmo da igualdade. E isso significa também sensibilizar a população, a exemplo de usuárias e usuários do metrô DF, sobre direitos que devem ser conhecidos e acessados no dia a dia”, completa Gasman.

Em Brasília, a exposição foi instalada na Torre de TV , no mês de março, e na sede da Organização Pan-Americana da Saúde, em junho.

Arte urbana - Com uma linguagem urbana e jovem, as 12 áreas de preocupação constantes da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim se aproximam da população por meio de 12 painéis grafitados: Mulheres e pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra a Mulher; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na liderança; Mecanismos institucionais para avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a mídia; Mulheres e Meio Ambiente e Direitos das Meninas.

Estes temas compõem a Declaração Plataforma de Ação de Pequim, documento resultante da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres da ONU, realizada em 1995, para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todo o mundo.

Gênero e sustentabilidade - A celebração dos 20 anos da Plataforma de Ação de Pequim está integrada à definição da agenda pós-2015 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis a serem apresentados pela ONU, em setembro.

Exposição Pequim+20 em Graffiti - entrada franca

Data: de 17 de julho a 6 de agosto de 2015

Horário: Das 6h às 23h30, de segunda à sábado

Das 7h às 19h, domingos e feriados

Local: Estação Galeria, Setor Comercial Sul - Galeria dos Estados - Brasília/DF

Acesse no site de origem: [ONU Mulheres e Rede Nami realizam exposição "Pequim+20 em Graffiti", no metrô de Brasília, até 6 de agosto \(ONU Mulheres, 21/07/2015\)](#)

Mulheres na América Latina e Caribe, por Elizabeth Villagomez

(Valor Econômico, 21/5/2015) Há quase 20 anos, o mundo se reuniu em Pequim na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher. Lá, 189 governos adotaram uma inovadora rota para a igualdade de gênero: a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim. Cerca de 17 mil representantes de governos e 30 mil ativistas imaginaram um mundo em que as mulheres e as meninas tivessem os mesmos direitos, liberdades e oportunidades em qualquer aspecto da vida.

Apesar de todos os progressos realizados nas últimas duas décadas, nenhum país pode pretender ter alcançado a igualdade entre homens e mulheres, especialmente em termos de empoderamento econômico das mulheres, um dos pilares para a prevenção da violência e o desenvolvimento da liderança. Na América Latina e Caribe, ainda há muito a ser feito. Nos últimos 20 anos,

a taxa média de participação das mulheres na força de trabalho cresceu apenas 11%, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 2012 mal ultrapassou 50%, em média. As mulheres representam apenas 49% do total de empregados da força de trabalho de forma desproporcional e 51% de todos os desocupados, entre desempregados e à procura de emprego.

A maioria dessas mulheres que trabalham (54%) o fazem no setor informal da economia e, nos setores informais, em ocupações menos rentáveis. A diferença salarial entre homens e mulheres na América Latina atinge 17%: independentemente do nível de educação, idade ou tipo de emprego, as mulheres ganham menos que os homens por trabalho de igual valor. Além disso, sete em cada dez mulheres trabalham no setor de serviços ou em comércio, com menor produtividade, salários e níveis de proteção social. O impacto sobre as finanças públicas sobre essas lacunas é óbvio.

Além disso, alguns governos da região estão utilizando ou pretendem utilizar o imposto de renda como um instrumento para reduzir a informalidade. No entanto, a ausência de uma análise rigorosa sobre como reduzir a informalidade entre as mulheres pode acabar custando vários milhões aos cofres públicos.

O setor do trabalho doméstico remunerado é a ocupação mais importante para as mulheres na América Latina a partir de um ponto de vista numérico: 14, entre 100 mulheres que trabalham, estão neste setor. Apesar de avanços na proteção dessas trabalhadoras, ainda há resistência de muitos países para ratificar a Convenção 189, da Organização Internacional do Trabalho, que protege os direitos delas e as tornam contribuintes para sistemas de seguridade social. O trabalho delas é de vital importância frente à ausência de serviços públicos de qualidade para o cuidado de dependentes, entre eles crianças e pessoas idosas.

De acordo com a Cepal, uma em cada três mulheres na América Latina e Caribe não possui renda própria em comparação com 11,7% dos homens. Isso tem consequências em todo o ciclo de vida das mulheres e tem um impacto negativo sobre o custo social. Se, de um lado, elas não contribuem para os sistemas de seguridade social ou deixam de fazê-lo em algum

momento devido a suas responsabilidades familiares, por outro, a tendência de aumento de domicílios com mulheres chefes de família junto com o envelhecimento de nossas sociedades apontam claramente que tanto as políticas fiscais como sociais devem se complementar e adaptar a essas novas realidades, reconhecendo o trabalho de reprodução social não remunerado feito, na sua maioria, pelas mulheres. Até o momento, somente alguns países estão aproveitando a expansão de pisos de proteção social na América Latina e Caribe.

Na nossa região, as mulheres trabalham de 14 a 30 horas semanais a mais do que os homens, se levarmos em conta o trabalho não remunerado, ou seja, os cuidados com a família.

Estimase que 90% de toda a atenção doméstica não remunerada é assegurada pelas mulheres, representando entre 30% a 50% do PIB, de acordo com diferentes estudos realizados em todo o mundo pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Quaisquer alterações orçamentárias ou fiscais que afetam o uso do tempo nas famílias têm impacto direto sobre a decisão das famílias e, particularmente, sobre as mulheres.

Além disso, como concluiu o relatório da relatora especial sobre a pobreza extrema e os direitos humanos, os Estados não podem ignorar a desigualdade nas responsabilidades de cuidados desiguais, pois isso limita diretamente o gozo igual dos direitos humanos por mulheres e influencia a sua pobreza. Esse relatório convida os Estados a facilitar, financiar, apoiar e regular esse tipo de trabalho para evitar a violação de suas obrigações em matéria de direitos humanos.

As políticas fiscais também podem e devem se orientar pela redução das desigualdades entre homens e mulheres. Como instrumento fundamental na redistribuição de renda, a Plataforma de Ação de Pequim envia um sinal claro para a cidadania sobre as responsabilidades do Estado com garantia de igualdade de oportunidades para todos e todas. Impulsionar as políticas fiscais que compreendam desde incentivos ajustados às realidades das mulheres para sair da informalidade a incentivos para as empresas introduzirem a corresponsabilidade no cuidado de pessoas dependentes ou

contratar mulheres em setores e ocupações não tradicionais, assim como uma arrecadação mais justa, sem dúvida contribuirá para que os Estados cumpram com os compromissos assumidos há 20 anos.

Elizabeth Villagomez é assessora regional para o Empoderamento Econômico na ONU Mulheres América Latina e Caribe.

Acesse no site de origem: [Mulheres na América Latina e Caribe, por Elizabeth Villagomez \(Valor Econômico, 21/05/2015\)](#)

Conferência mundial na Argentina destaca desafios para inclusão de mulheres

(EFE, 07/05/2015) Ao completar 20 anos da Declaração de Pequim, que listou as mudanças necessárias para empoderar as mulheres, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) iniciou nesta quarta-feira na Argentina uma conferência que adverte sobre os desafios ainda pendentes na questão de gênero.

Apesar do progresso alcançado nos últimos 20 anos, com maior presença de mulheres na política, nas escolas e nas empresas, assim como um notável avanço nos direitos reprodutivos, o Pnud reconheceu que ainda existem graves desigualdades de acesso a recursos e, sobretudo, a um emprego digno.

Sob o lema “As mulheres e a inclusão social: de Beijing (Pequim) a Pós-2015”, durante três dias representantes políticos e 179 organizações de 39 países debaterão e compartilharão experiências que promovam os direitos das mulheres no mundo todo.

O trabalho doméstico não-remunerado, os serviços sociais, as políticas alimentares e a luta contra a violência de gênero são alguns dos problemas abordados.

“Como erradicar a pobreza e incluir socialmente as mulheres na zona rural?, “Como melhorar sua autonomia?” e “Como evitar os fatores que agravam essa situação, como a violência e a exclusão baseada em idade, raça, etnia?” são algumas das perguntas que especialistas de países como Colômbia, Nigéria, Brasil, Espanha e Filipinas tentarão responder.

“A Argentina é um país muito adequado para receber este evento pela presença de mulheres e o compromisso do país com elas”, afirmou hoje a administradora do Pnud, Helen Clark, durante a abertura da conferência.

Para Clark, se um país quer avançar, deve estabelecer leis que “integrem o empoderamento de mulheres e meninas com o desenvolvimento sustentável” e que contemplem a violência baseada no gênero como uma “barreira” para elas e para toda a sociedade.

A ministra argentina de Desenvolvimento Social, Alicia Kirchner, que também participou da abertura, destacou a figura de Evita Perón, uma líder que há 60 anos conseguiu transmitir à sociedade argentina “outra visão na luta pelos direitos das mulheres”.

A ministra, presidente do programa MOST da Unesco, que estuda as transformações sociais no mundo todo, chamou as mulheres a não se conformarem” com os avanços sociais e políticos obtidos sobre a igualdade das mulheres.

“Não pode haver igualdade de gênero sem justiça, inclusão e desenvolvimento social”, destacou a ministra argentina.

A diretora-executiva da entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o empoderamento das Mulheres, Phumzile Mlambo Ngcuka, denunciou que apesar do avanço desde o início da Plataforma de Ação, há 20 anos, o processo foi muito “lento e desigual, e ainda não há nenhum país no mundo que tenha alcançado igualdade total”.

“Para que a pobreza das mulheres seja história é preciso aumentar sua participação na política”, apontou, antes de insistir que deve haver mais homens que se manifestem contra a violência de gênero.

Além disso, insistiu que a maior causa estrutural da pobreza das mulheres é o trabalho informal que não garante a elas um salário mínimo e que impede o acesso à proteção social.

A conferência se propõe como um espaço para debater e construir uma ampla perspectiva de futuro que permita consolidar o desenvolvimento das mulheres para que, em todas as partes do mundo, possa haver uma igualdade de gênero com a inclusão real e efetiva das mulheres.

Acesse no site de origem: [Conferência mundial na Argentina destaca desafios para inclusão de mulheres \(EFE, 07/05/2015\)](#)

Desigualdade de gênero no mercado de trabalho persiste, diz ONU

(Agência Brasil, 27/04/2015) O relatório Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar os direitos, divulgado hoje (27) pela Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, mostra que no mundo, em média, os salários das mulheres são 24% inferiores aos dos homens na mesma função. “As mulheres continuam recebendo em todo o mundo um salário diferente pelo mesmo tipo de trabalho e têm menores probabilidades que os homens de receber uma pensão, o que resulta em grandes desigualdades em termos de recursos recebidos ao longo da vida”, informa o relatório.

O estudo mostra que 50% das mulheres com idade para trabalhar fazem

parte da população ativa. No caso dos homens, o índice é 77%. A pesquisa revela que, em todas as regiões, as mulheres fazem quase duas vezes e meia mais trabalho doméstico e de cuidados de outras pessoas não remunerados do que os homens. Segundo a ONU, as mulheres são responsáveis por uma carga excessiva de trabalho doméstico não remunerado referente aos cuidados com filhos, com pessoas idosas e doentes e com a administração do lar.

Para a organização, o período atual representa um tempo de riquezas sem precedentes mas, apesar disso, as mulheres ainda ocupam os empregos com menores remunerações e menos qualificados e continuam vivendo em condições mais precárias de saúde, acesso à água e saneamento. O documento informa que frequentemente os direitos econômicos e sociais das mulheres são limitados porque elas vivem em um mundo machista e com práticas discriminatórias.

“Os recursos públicos não estão indo para a direção onde são mais necessários: por exemplo, para a água potável e saneamento, cobertura de saúde com qualidade e serviços decentes de cuidados de crianças e idosos. Onde não há serviços públicos, o déficit recai sobre mulheres e meninas”, disse, em nota, a diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka.

O relatório reconhece que houve avanços desde 1995, quando foi realizada a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim. O número de meninas na escola e de mulheres que fazem trabalhos remunerados aumentou, e a luta contra a violência doméstica entrou na agenda política. “Esse avanços demonstram que é possível reduzir as desigualdades de gênero por meio da atuação pública”, diz o texto.

A pesquisa recomenda dez prioridades para a ação pública com o objetivo de diminuir a desigualdade. Ressalta, ainda, que as políticas econômicas e sociais devem ser implementadas em conjunto. Entre as recomendações estão a geração de trabalho decente e a redução da disparidade salarial entre homens e mulheres, o fortalecimento dos mecanismos de proteção social ao longo da vida, a redução e a redistribuição do trabalho doméstico e o investimento em serviços sociais com foco nas mulheres.

O *Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016* é publicado no momento em que, para comemorar os 20 anos da Plataforma de Ação de Pequim, a ONU Mulheres propõe aos países uma avaliação dos avanços alcançados com a implementação do documento. O processo recebeu a denominação de Pequim+20.

Considerado o projeto mais abrangente sobre o tema, a plataforma foi adotada por 189 governos e indica medidas relacionadas a 12 áreas temáticas para que os países avancem na busca pela igualdade de gênero.

Ana Cristina Campos - Repórter da Agência Brasil
Edição: Marcos Chagas

Acesse no site de origem: [Desigualdade de gênero no mercado de trabalho persiste, diz ONU \(Agência Brasil, 27/04/2015\)](#)

Evento debate desafios para ampliar a representação política parlamentar das mulheres

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 15/04/2015) Promovido pelo Instituto Patrícia Galvão e a ONU Mulheres, com apoio da Fundação Ford, o [Painel Pequim+20: Mais Mulheres na Política](#) discutiu nesta terça-feira (14) em Brasília uma série de ações de incidência no debate sobre a reforma política a fim de assegurar maior representação política parlamentar das mulheres. Durante o evento, que teve três sessões de debate, foram discutidos os dados da pesquisa [“Mais Mulheres na Política”](#), realizada pelo [Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Ibope](#), em 2013. Também foi destaque no evento a presença da cientista política e professora emérita da Universidade da Califórnia (UCLA) Carole Pateman.

Eventos Pequim+20

A atividade foi a primeira de uma série de três painéis temáticos - haverá outro sobre violência contra as mulheres e um sobre direito ao trabalho - que acontecerão neste primeiro semestre. O ciclo conta com o apoio da Fundação Ford, Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa). Na edição sobre a participação política feminina também apoiaram a iniciativa o Instituto do Legislativo Brasileiro (Interlegis) e a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal.

Já na abertura do evento, a representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, ressaltou que as Nações Unidas colocaram como meta na última reunião da Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW), ocorrida em março deste ano em Nova York, a paridade na representação política de gênero em 2030. A plataforma denominada [“Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”](#) aborda os principais desafios para a conquista efetiva da equidade entre homens e mulheres no mundo. “O mundo não pode aceitar que metade da sua população tenha menos oportunidades que a outra”, frisou Nadine.

[table id=6 /]

O debate no parlamento



Senadora Vanessa Grazziotin apresenta posicionamento da Bancada Feminina no Congresso Nacional sobre a reforma política. (Crédito: Facebook da Procuradoria da Mulher no Senado)

A procuradora da mulher no Senado Federal, Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), ressaltou que a proposta encampada pela Bancada Feminina no Congresso foi o caminho possível para garantir a unidade das parlamentares, tendo em vista que os 17 partidos com representação de mulheres no Congresso Nacional têm posições distintas sobre o processo e o conteúdo dos debates acerca da reforma política. “A cota de cadeiras cabe em qualquer sistema eleitoral. E já está demonstrada a pouca efetividade da cota atual (de candidaturas). Não adianta ter cota de candidaturas se os partidos não dão apoio às mulheres”.

A [PEC 23/2015](#), apresentada por Grazziotin, aponta a exigência de que 30% das cadeiras nos parlamentos nacionais sejam ocupadas por mulheres já a partir das eleições de 2016 - para tanto é necessário que a proposição seja aprovada até 30 de setembro deste ano. Daí, progressivamente, a cada eleição seriam acrescidos 5 pontos percentuais à cota de mulheres até que seja atingida a paridade na composição das casas legislativas. Em conjunto com essa proposição, a Bancada Feminina defende também a aprovação da proposta de emenda constitucional apresentada pela senadora Marta Suplicy (PT/SP) ([PEC 24/2015](#)), que destina uma vaga para cada gênero quando da renovação de dois terços do Senado.

A deputada Érika Kokay (PT/DF) lembrou que, com o regime eleitoral em vigor, o poder econômico determina as eleições, excluindo as mulheres e colocando em risco a democracia representativa. “As mulheres estão compondo as nominatas para eleger os homens, pois os partidos as excluem da estrutura, do poder econômico e da TV”. A deputada também ressaltou que “só ser mulher não basta, é preciso ter identificação com o que significa a igualdade de gênero, que a libertação das mulheres é condição para uma cultura de paz”. E frisou que a sobrecarga enfrentada pelas mulheres com as tarefas domésticas e a desumanização cotidiana que 52% da população sofre, e que favorece a violência, também são produtos do contexto social sexista

em que vivemos.

A necessidade de envolver a sociedade civil

A jornalista Tereza Cruvinel lembrou que apenas após a Constituinte de 1988 o Congresso Nacional atingiu o número de 26 mulheres parlamentares, e que demorou 25 anos para esse número dobrar. Tereza problematizou a possibilidade de a cota de lista levar ao questionamento da representatividade das eleitas, mas concordou com a deputada Érika Kokay que o atual sistema de eleição proporcional já instituiu a eleição de pessoas que têm menos votos que outras, sem nenhum questionamento social. Cruvinel ressaltou, no entanto, que “na Constituinte, todas as vitórias foram possíveis porque o povo brasileiro estava aqui (nas cotidianas mobilizações dentro do Congresso). Se não formos capazes de transformar essa indignação difusa e muitas vezes equivocada que vemos nas ruas em pressão, não vamos avançar”. A jornalista lembrou ainda que “o sistema de mídia reproduz muito da mitologia e da ideologia machista, e dá pouquíssimo espaço às questões de gênero”.

A importância das políticas públicas



Mesa 'Partidos e Mulheres na Política - Barreiras à entrada e permanência nos espaços de poder nos partidos'

O pesquisadora Luiz Felipe Miguel, coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades da UnB, frisou que “a incapacidade da política brasileira em dar passos à frente deve-se em grande medida às estruturas partidárias muito oligarquizadas e masculinizadas que temos”. O pesquisador disse ainda que são importantes as demandas pela redução do número total de candidaturas apresentadas pelos partidos, a garantia do acesso das mulheres aos meios de comunicação e o investimento financeiro nas campanhas femininas. “Mas para avançar na direção da distribuição equitativa da representação parlamentar temos que mudar o modelo de financiamento de campanhas”.

A secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Rosali Scalabrin, defendeu o fortalecimento da formação para mulheres candidatas e a articulação da sociedade civil com o poder público para a produção de materiais formativos.

Luiz Felipe destacou ainda que as políticas de formação às candidatas mulheres não podem ser só a mimetização do fazer político masculino para que elas reproduzam a mesma dinâmica atual. E mencionou também a importância de aliar a demanda pela inclusão de mais mulheres na política à mobilização de outros grupos marginalizados (as camadas sociais menos favorecidas, indígenas, negros, pessoas trans etc).

Formar as mulheres e empoderá-las para a disputa



Mesa de encerramento do Painel Pequim+20: Mais Mulheres na Política (fotos: Luciana Araújo)

Durante a mesa que debateu os desafios para a inclusão e permanência das mulheres na disputa eleitoral, todas as palestrantes também foram unânimes em apontar os bloqueios que as mulheres enfrentam dentro das estruturas partidárias para disputar representações nos espaços de poder.

Falta de informação sobre a legislação eleitoral e o funcionamento das máquinas de campanha, alijamento das decisões durante a campanha e desconhecimento sobre debates e decisões tomadas pelos dirigentes partidários e sobre as perspectivas pós-eleitorais, e a decorrente insegurança sobre as possibilidades de conduzir um mandato diante das dificuldades inerentes a esse lugar institucional foram alguns elementos destacados por Fátima Pacheco Jordão. Socióloga e especialista em pesquisas de opinião, Fátima já coordenou quase duas dezenas de campanhas políticas a cargos majoritários, dentre estas as de cinco mulheres.

A antropóloga Rachel Rua, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo, apresentou dados de outro estudo realizado pelo Instituto Patrícia Galvão, uma pesquisa qualitativa com mulheres candidatas a vereadoras. A pesquisadora destacou

que as mulheres são chamadas em cima da hora para serem candidatas a fim de cumprir a cota legal. “Elas sabem que entraram para cumprir tabela e que são tratadas pelo partido como figurantes no jogo eleitoral; mas verificamos também que havia expectativa de reverter essa situação.”.

Clara Araújo (coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) acrescentou como fatores determinantes à desigualdade de gênero na representação política os arranjos partidários. O domínio do poder econômico evidenciado pela forte associação entre eleição e custos de campanha, o fato de que os homens arrecadam mais e, em decorrência, a tendência das mulheres a terem maior dificuldade para se eleger e, em especial, para se reelegerem. “O instituto da reeleição é uma privatização do espaço público”.

A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e socióloga Albertina Costa destacou que “os dados das pesquisas realizadas pelo Instituto Patrícia Galvão e os trazidos ao debate mostram que a sociedade brasileira está mais moderna e democratizada que o *establishment* político, que ainda rechaça mudanças, embora estas mudanças comprovadamente pudessem trazer resultados no desenvolvimento social”.

A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, ressaltou no encerramento do evento que, “enquanto sociedade civil organizada, temos que travar uma luta forte com os partidos. No Brasil os partidos políticos são muito lentos, e nós discutimos muito o déficit de mulheres na política, mas incidimos muito pouco sobre os partidos, seja com ações concretas, seja nos espaços de opinião pública”. Nessa direção, Jacira enfatizou que é preciso interpelar os partidos para que promovam mudanças efetivas. “É preciso cobrar dessas instituições, bem como das centrais sindicais, que são também espaços muito importantes de formação e visibilidade para atuação na política institucional. Esse não é o único caminho, mas temos que percorrê-lo”, destacou Jacira Melo, falando também sobre a importância de dar continuidade aos debates travados no evento.

Carole Pateman: “Quanto vale a cidadania das mulheres?”



Um dos pontos altos do evento foi a conferência da professora Carole Pateman. Premiada autora feminista e professora emérita na UCLA e honorária na Universidade Cardiff, no Reino Unido, Carole é reconhecida internacionalmente por seus estudos no campo da Teoria Democrática. Durante a conferência, a pesquisadora destacou vários índices sociais que reafirmam a desigualdade de gênero nos países pobres, em desenvolvimento e também nas nações ricas. Lembrou o recente caso da ex-ministra italiana do Interior, que em 2013 e 2014 foi diversas vezes agredida por membros do parlamento daquele país e nas redes sociais, chamada de “macaca”, ministra “de cor”, entre outros insultos. A médica oftalmologista congoleza agora integra o Parlamento Europeu. Em pleno século 21, “vimos episódios ultrajantes racistas e pela sua condição de mulher”, lembrou Pateman.

A professora lembrou também o artigo lançado na década de 1990 pelo economista indiano e detentor do Prêmio Nobel, Amartya Sen, sob o título “[100 milhões de mulheres faltando](#)”. No ensaio o economista questiona o machismo existente em países asiáticos, onde o nascimento de filhos homens ainda é privilegiado pelas famílias, e que esse seria o déficit populacional feminino gerado por políticas de incentivo estatal à interrupção de gestações de meninas. Essa política vem se disseminando também em países do [Leste Europeu](#).

Pateman ressaltou que as vozes das mulheres “não são ouvidas com a mesma autoridade que a dos homens. Muito disso indica que não somos vistas como tendo o mesmo valor, até mesmo nos países ricos e ditos democráticos”. Os estupros como arma de guerra, as discriminações institucionais contra a educação e o direito ao trabalho, o tardio reconhecimento dos direitos humanos das mulheres também foram mencionados. “Quanto vale a cidadania das mulheres quando elas são deixadas para trás dessa forma?”.

“E onde está a indignação popular frente a essa realidade? Nenhum estado de emergência foi declarado, nenhuma ‘guerra ao terror’ foi decretada frente à extensão da violência contra as mulheres. Isso é um indicador da falta de interesse pela situação delas”, alfinetou.

Para Carole, será difícil melhorar os índices de representação feminina nos parlamentos enquanto não houver melhoria dos demais indicadores sociais que definem a participação de mulheres na vida pública, como garantia de educação, direito ao trabalho, oferta de creches etc.

ONU Mulheres e Instituto Patrícia Galvão organizam o Painel Pequim + 20

(Brasil 247, 15/04/2015) O Painel Pequim + 20 Mais Mulheres na Política debateu o papel e a participação de mulheres no cenário político atual. Para as especialistas, mesmo com o sistema de cotas que exige que os partidos tenham 30% de mulheres candidatas, o Brasil ainda está longe de garantir a participação das mulheres de forma efetiva da política.

Assista o vídeo abaixo:

Acesse no site de origem: [ONU Mulheres e Instituto Patrícia Galvão organizam o Painel Pequim + 20 \(Brasil 247, 15/04/2015\)](#)